

800 QUESTÕES

VUNESP



CADERNO DE TREINAMENTO



QUESTÕES GABARITADAS



DISPONÍVEL PARA DOWNLOAD

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



VUNESP

800 Questões Gabaritadas

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	61

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	28

INFORMÁTICA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	29

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	26

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	25

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	26

DIREITO PENAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	23

SUMÁRIO



DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	26

DIREITO CIVIL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	26

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	28



1. (VUNESP - 2024)

O desafio

Vou desafiar meus leitores e minhas leitoras. É um convite a uma posição mais científica na formulação de opiniões. Meu texto de hoje tem dois objetos: um é de memória de um centenário, outro é uma metodologia de pensamento.

Começo pela metodologia. O pensamento científico tenta enfrentar o que for “preconceito”. Dentre muitos sentidos, a palavra indica um conceito surgido antes da experiência, algo que está na cabeça sem observação da realidade. O indivíduo é um evangélico fervoroso e, por causa da sua fé, evita ler um bom texto do Papa Francisco, por exemplo. Obviamente, o mesmo ocorre com o católico convicto em relação a outros credos.

Existem os que conhecem algo de uma referência, porém apenas tomaram contato com trechos, excertos, frases perdidas. Talvez Platão e a Bíblia sejam as vítimas mais frequentes desse mal. Como na parábola dos cegos que apalpm um elefante, uns imaginam que a forma do mamífero seja a de uma espada por tocarem no marfim, outro afirma ser uma parede por tocar em seu abdômen e um terceiro garante que é uma mangueira por ter encostado, exclusivamente, na tromba.

Passemos ao centenário e à união dos dois temas. A 19 de setembro de 1921, ou seja, há cem anos, nascia o recifense Paulo Reglus Neves Freire. Filho de classe média urbana, enfrentou dificuldades, porém seguiu o curso de Direito e começou a lecionar português. Seu olhar agudo esbarrava em um grande problema do Brasil: a alfabetização de adultos. Os métodos tradicionais causavam desistência. Apenas para dar uma breve indicação do tamanho do desafio: em 1906, de cada mil habitantes do Estado de Pernambuco, 193 eram alfabetizados e 807 analfabetos. Na área aproximada da então capital Rio de Janeiro, a alfabetização ultrapassava 50% da população. Éramos um país rural e com poucos leitores. Deixamos de ser um país rural...

O quadro foi mudando lentamente ao longo do século 20, sem nunca ter conseguido eliminar a gravidade do analfabetismo. Como construir uma sociedade produtiva e minimamente justa com analfabetismo, letramento imperfeito, dificuldades estruturais de leitura e de interpretação de texto?

Paulo Freire concebeu um modelo de alfabetização novo. Partiu do universo dos alunos em um célebre experimento com cortadores de cana. Empoderou os alunos que deixaram de ser receptores passivos de uma escola informativa, baseada na memória e com autoridade do professor. Escreveu sobre alguns dos seus fracassos que motivaram aperfeiçoamentos no método.

(Leandro Karnal. O Estado de S.Paulo, 19 de setembro de 2021. Adaptado)

Na passagem – Talvez Platão e a Bíblia sejam as vítimas mais frequentes desse **mal**. – o termo destacado está empregado como

- (A) adjetivo, e refere-se à pouca atenção que as pessoas dedicam à leitura da Bíblia e das obras de Platão.
- (B) substantivo, e retoma o sentido da concepção que o evangélico e o católico têm das obras do Papa.
- (C) adjetivo, e qualifica os leitores evangélicos e os católicos como maus leitores da Bíblia.
- (D) advérbio, e intensifica o mal que a divergência de ideias da Bíblia e de Platão exerce sobre os homens.
- (E) substantivo, e reporta à ideia de que nem a obra de Platão nem a Bíblia são lidas na íntegra.

**1. (VUNESP - 2025)**

Um conjunto de todos os resultados possíveis de um fenômeno aleatório, hipoteticamente estudado, é chamado de

- (A) frequência relativa.
- (B) espaço amostral.
- (C) teorema da soma.
- (D) eventos aleatórios.
- (E) fenômeno aleatório.

2. (VUNESP - 2022)

Em uma cidade, 40% de indivíduos são homens e 60% mulheres. Entre os homens, 20% estão desempregados, enquanto entre as mulheres, esse índice cai para 10%. Ao escolher um trabalhador sem emprego ao acaso, qual a probabilidade de ser mulher?

- (A) 20%.
- (B) 25%.
- (C) 37%.
- (D) 43%.
- (E) 50%.

3. (VUNESP - 2025)

Em uma gincana, Marina participa de um sorteio com uma urna que contém quatro cartões de papel: um verde, um amarelo e dois brancos. Ela retira um cartão de papel da urna e, se ele for

- verde, ganha o prêmio e o sorteio termina;
- branco, não recebe nada e o sorteio termina;
- amarelo, ela tem direito a uma nova retirada, sem reposição do papel amarelo.

Qual é a probabilidade de Marina ganhar o prêmio?

- (A) $\frac{1}{3}$
- (B) $\frac{3}{4}$
- (C) $\frac{2}{3}$
- (D) $\frac{1}{2}$
- (E) $\frac{1}{4}$



1. (VUNESP - 2026)

O Microsoft Word 365, em sua configuração original, tem a funcionalidade de inserção de objetos em um documento, acessível por meio da guia Inserir, subitem Texto, opção Objeto.

Assinale a alternativa que contém o tipo de conteúdo passível de ser adicionado por meio dessa funcionalidade.

- (A) Vídeo diretamente do site Youtube.
- (B) Animações *Flash* funcionais.
- (C) Vídeo .mp4 para reprodução no próprio arquivo.
- (D) Arquivo compactado .zip.
- (E) Aplicativo móvel com suas respectivas funcionalidades.

2. (VUNESP - 2025)

2)Um analista de processo criou um novo documento vazio do MS-Word 365, em sua configuração padrão, e executou as ações a seguir, nessa ordem.

- 1– Digitou a palavra Prefeitura.
- 2– Pressionou o botão itálico.
- 3– Pressionou Enter.
- 4– Digitou a palavra De.
- 5– Pressionou o botão negrito.
- 6– Pressionou Enter.
- 7– Digitou a palavra Campinas.
- 8– Pressionou o botão sublinhado.
- 9– Pressionou Enter.
- 10– Digitou a palavra Vunesp.
- 11– Pressionou o botão itálico.

Após todas as ações descritas, a quantidade de palavras com formatação em itálico, negrito e sublinhado são, respectivamente:

- (A) 2; 1 e 1.
- (B) 3; 1 e 1.
- (C) 2; 1 e 0.
- (D) 3; 2 e 1.
- (E) 2; 2 e 1.



1. (VUNESP - 2026)

É dia de votação, na Câmara Municipal da cidade X, do projeto de lei que trata da revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos. O tema desperta forte mobilização no funcionalismo, pois, segundo os representantes das categorias profissionais, a revisão não tem sido suficiente para recompor, em termos reais, o poder de compra dos agentes públicos. Por essa razão, foi organizada uma grande manifestação, havendo notícias de que milhares de servidores, ativos e aposentados, estão se dirigindo à sede do Poder Legislativo para exercer pressão política sobre os vereadores. Diante desse cenário, a presidência da Câmara Municipal comunica o fato à Guarda Municipal e solicita o deslocamento de efetivo para o local. Antes de determinar a atuação da corporação, o comandante da Guarda decide rememorar, com seus subordinados, alguns aspectos constitucionalmente relevantes acerca da situação.

Com base na hipótese apresentada e na Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) a guarda municipal não pode, em qualquer hipótese, adotar providências para impedir que os manifestantes, ainda que em grande número, entrem nas dependências da Câmara.
- (B) os servidores públicos possuem, de fato, o direito à revisão da remuneração anual, pelos índices oficiais de inflação.
- (C) a manifestação será ilegal, caso não tenha sido previamente autorizada pela autoridade pública competente.
- (D) os servidores públicos possuem, como qualquer indivíduo, o direito fundamental à reunião e de associação, e a realização da manifestação deve ter sido previamente avisada à autoridade competente.
- (E) a manifestação será válida se não implicar obstrução de vias públicas, for precedida de autorização judicial e não afetar o direito de ir e vir dos demais munícipes.

2. (VUNESP - 2025)

Conforme artigo 5o, XLII, da Constituição Federal de 1988, e artigo 6o, § Único das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, os casos que caracterizem racismo serão tratados como

- (A) crime afiançável.
- (B) crimes imprescritíveis e inafiançáveis.
- (C) crime de menor potencial ofensivo.
- (D) infração penal de nível gravíssimo.
- (E) infração penal de nível médio.

3. (VUNESP - 2025)

Assinale a alternativa que está de acordo com o disposto na Constituição Federal no que diz respeito aos direitos e deveres individuais e coletivos.

- (A) É livre a manifestação da liberdade de expressão e do pensamento, sendo garantido o anonimato.
- (B) É garantida a liberdade de crença, devendo o poder público incentivar e promover o exercício dos cultos religiosos.
- (C) É assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.



1. (VUNESP - 2025)

Um fiscal municipal, como servidor público, no exercício da função pública, deve lidar com o público externo aplicando uniformemente a lei, sem fazer distinção de qualquer espécie. Não deve, por exemplo, diferenciar, no tratamento, pessoas desconhecidas e pessoas conhecidas, ou que venham “indicadas” por esta ou aquela autoridade para receber tratamento diferenciado. Tal obrigação está apoiada em um dos cinco princípios constitucionais definidos no caput do artigo 37 da Constituição Federal, que trata da Administração Pública, e reafirmado pela Lei Orgânica do Município, no *caput* do artigo 88.

Trata-se do princípio da

- (A) equidade.
- (B) igualdade.
- (C) publicidade.
- (D) honestidade.
- (E) impessoalidade.

2. (VUNESP - 2023)

A necessidade da Administração conferir tratamento igual aos administrados que se encontra em situação jurídica equivalente está diretamente atrelada ao princípio da

- (A) legalidade.
- (B) moralidade.
- (C) publicidade.
- (D) impessoalidade.
- (E) eficiência.

3. (VUNESP - 2023)

A respeito do princípio da publicidade da Administração Pública, assinale a alternativa **correta**.

- (A) O princípio da publicidade impõe à Administração a adoção da transparência ativa e passiva.
- (B) A fim de cumprir o dever de informar, a Constituição Federal assegura que o acesso a informações públicas deve ser realizado independentemente do pagamento de taxa e da cobrança de valores ressarcitórios para a sua reprodução.
- (C) A publicidade, em regra, funciona no Direito Brasileiro como condição de validade dos atos administrativos.
- (D) A publicidade de atos, programas e serviços e campanhas de órgãos públicos tem como objetivo educar, informar e orientar, não sendo vedado, em função do princípio democrático, vinculá-la ao gestor público legitimamente eleito.
- (E) O princípio da publicidade impõe que o gestor veicule na internet a cópia integral de todos os atos realizados no exercício da função administrativa.



1. (VUNESP - 2022)

Em relação aos diversos tipos de classificações de matérias, é correto afirmar que

- (A) reparados são os materiais que, com ou sem uso, não mais satisfazem o mercado.
- (B) por periculosidade são aqueles que têm movimentação em determinados períodos ou determinadas épocas.
- (C) obsoletos são aqueles que sofreram alguma modificação, podendo ser novamente utilizados.
- (D) materiais de demanda eventual são aqueles que podem oferecer risco à segurança no manuseio, transporte e na armazenagem.
- (E) antieconômicos são os materiais que apresentam manutenção onerosa ou o seu rendimento precário, em função de uso prolongado.

2. (VUNESP - 2025)

Com vistas a planejar a demanda e evitar a falta de itens essenciais para o desenvolvimento de seus serviços, um hospital público realiza a gestão de estoques classificando os materiais de acordo com a importância operacional, considerando-se o grau de criticidade ou imprescindibilidade. Esse método de classificação de materiais é denominado

- (A) ABC.
- (B) XYZ.
- (C) PQR.
- (D) 123.
- (E) JIT.

3. (VUNESP - 2023)

Dentre as boas práticas adotadas pelo agente de administração escolar no que se refere à gestão de suprimentos pode-se citar

- (A) optar por comprar marcas mais conhecidas no mercado, independentemente do preço.
- (B) adquirir materiais sem a verificação das normas de qualidade ou selo do Inmetro.
- (C) criar rotinas de supervisão e checagem, verificando a real necessidade de compra dos materiais.
- (D) comprar grande quantidade de materiais, de forma antecipada, para garantir preço.
- (E) ignorar as políticas e diretrizes para aquisição dos materiais ao detectar a falta de estoque.

4. (VUNESP - 2023)

O pallet que apresenta como um de seus benefícios a não absorção da umidade, facilitando o transporte de bebidas e alimentos é o

- (A) descartável.
- (B) de metal.
- (C) longarina.
- (D) de madeira.
- (E) de plástico.

**1. (VUNESP - 2021)**

É característica da lei excepcional ou temporária

- (A) aplicar-se aos fatos praticados durante sua vigência, ainda que já decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram.
- (B) permitir que lei penal mais benéfica, que lhe seja posterior, aplique-se aos fatos excepcionais praticados durante sua vigência.
- (C) permitir que lei penal mais gravosa, que lhe seja posterior, aplique-se aos fatos excepcionais praticados durante sua vigência.
- (D) ter efeito ultrativo, regulando fatos praticados depois do seu período de duração ou depois de cessadas as circunstâncias que a determinaram.

2. (VUNESP - 2022)

Imagine que, a partir de Milão, um hacker invada os sistemas computacionais de um hospital localizado na cidade do Rio de Janeiro e altere, com dolo de matar, a prescrição de medicamentos de um internado, aumentando a dose de um remédio para patamar que até seria aceitável a outros pacientes, mas que para aquele determinado paciente é fatal. Uma enfermeira cumpre à risca a prescrição sem desconfiar da alteração, o que causa a morte do internado. Diante da hipótese narrada, assinale a alternativa correta.

- (A) Ainda que a conduta da enfermeira não seja penalmente relevante o lugar do crime é o Rio de Janeiro, sendo incorreto afirmar que seja Milão.
- (B) A definição do lugar do crime depende da responsabilização (ou não), no caso concreto, da enfermeira.
- (C) O lugar do crime, para a Lei Penal, é determinado unicamente pelo lugar do resultado, donde se conclui que o crime ocorreu no Rio de Janeiro.
- (D) O crime ocorreu tanto em Milão como no Rio de Janeiro.
- (E) O lugar do crime é unicamente Milão, tendo em vista que a ação da enfermeira não pode ser considerada conduta à luz do Direito Penal.

3. (VUNESP - 2022)

A Extraterritorialidade do art. 7º do CP é fenômeno que

- (A) considera o crime praticado tanto no local da ação quanto no local do resultado.
- (B) estabelece que a pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.
- (C) autoriza a aplicação da lei penal estrangeira a determinados fatos praticados no território nacional.
- (D) considera como território nacional o mar territorial e seu respectivo espaço aéreo.
- (E) prescreve a aplicação da lei penal brasileira a determinados fatos cometidos fora do território nacional.



1. (VUNESP - 2024)

De acordo com o art. 13-A do Código de Processo Penal (CPP), nos crimes previstos nos arts. 148, 149 e 149-A, no § 3º do art. 158, no art. 159 do Código Penal e no art. 239 do Estatuto da Criança e do Adolescente, o membro do Ministério Público ou o Delegado de Polícia poderá requisitar, de quaisquer órgãos do poder público ou de empresas da iniciativa privada,

- (A) dados e informações cadastrais da vítima ou de suspeitos.
- (B) dados que permitam identificar o posicionamento da estação de cobertura, setorização e intensidade de radiofrequência de aparelho celular de titularidade da vítima ou de investigados.
- (C) extratos bancários de investigados, relativos a período não superior a 6 meses.
- (D) interceptação de comunicação telemática – “e-mail” e aplicativos de troca de mensagens.
- (E) interceptação de ligações telefônicas de aparelhos fixos ou celulares.

2. (VUNESP - 2024)

A respeito das características do inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- (A) Com exceção dos crimes processáveis por ação penal privada, para todos os demais, o inquérito policial é indispensável.
- (B) O inquérito policial, por expressa exigência legal, deve ser escrito, razão pela qual outras formas de documentação de atos, como a gravação de som e/ou imagem na oitiva de suspeitos, testemunhas, por meio de sistema audiovisual, não são aceitas.
- (C) O inquérito policial, nos crimes de ação penal pública incondicionada e condicionada à representação, pode ser instaurado, de ofício, pela Autoridade Policial.
- (D) Uma vez instaurado, o inquérito policial é indisponível para a Autoridade Policial, não podendo arquivá-lo, ainda que entenda pela inexistência de justa causa para a sua continuidade.
- (E) O inquérito policial é público, constando de atestado de antecedentes em nome de investigados.

3. (VUNESP - 2023)

Nos crimes de ação penal privada, o Inquérito Policial se iniciará:

- (A) a requerimento do ofendido ou por quem tenha qualidade para representá-lo.
- (B) por requisição do Ministério Público ou da Autoridade Judicial.
- (C) de ofício, pela Autoridade Policial, quando tomar conhecimento da prática delitiva.
- (D) a requerimento de qualquer do povo, competindo à Autoridade Policial, verificada a procedência, determinar a instauração.
- (E) não há previsão de inquérito policial, pois os crimes de ação penal privada processam-se por queixa, perante a Autoridade Judicial.



1. (VUNESP - 2024)

A afirmação de que, para ter início a personalidade, exige-se o nascimento com vida, sendo ressalvados, contudo, os direitos patrimoniais do nascituro antes da concepção, refere-se, de acordo com o atual posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, à teoria

- (A) concepcionista.
- (B) natalista.
- (C) personalidade condicional.
- (D) pura.
- (E) moderada.

2. (VUNESP - 2022)

O Código Civil em seu art. 6º preceitua que “a existência de pessoa natural termina com a morte”. Qual o nome do instituto jurídico presente no art. 8º do Código Civil que admite a morte simultânea de dois ou mais indivíduos em um mesmo momento, quando não se pode provar quem faleceu primeiro?

- (A) Morte súbita.
- (B) Primoriência.
- (C) Docimásia da agonia.
- (D) Premoriência.
- (E) Comoriência.

3. (VUNESP - 2026)

Assinale a alternativa correta.

- (A) Na disciplina do Código Civil, a pessoa jurídica não se confunde com os seus sócios, instituidores ou administradores; porém, em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte ou do Ministério Público, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados ou não pelo abuso.
- (B) De acordo com o Código Civil, para que se possa alterar o estatuto de fundação privada, é mister que a reforma, dentre outros requisitos, seja aprovada pelo órgão do Ministério Público no prazo máximo de trinta dias, findo o qual, ou no caso de o Ministério Público a denegar, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado.
- (C) A repristinação tácita não é admitida no ordenamento jurídico brasileiro; salvo disposição em contrário, a lei revogada não tem a sua eficácia restaurada por ter a lei revogadora perdido a vigência ou sido declarada inconstitucional em sede de controle abstrato de constitucionalidade.
- (D) De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, a responsabilização pessoal do gestor público por suas decisões administrativas depende da demonstração do elemento subjetivo dolo, devendo ser avaliadas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.
- (E) Os direitos da personalidade prestam-se à tutela da dignidade humana, não estão previstos em rol taxativo, são intransmissíveis, irrenunciáveis, oponíveis erga omnes e não estão sujeitos à prescrição. O STJ aceita, porém, que o exercício de alguns direitos da personalidade sofra limitação voluntária, desde que, entre outras condições, não seja permanente nem geral.



1. (VUNESP - 2022)

De acordo com o entendimento doutrinário atual, assinale a alternativa que indica o princípio geral do processo civil e sua explicação correspondente.

- (A) Acesso à justiça – condições mínimas que o processo deve conter para lidar com a afirmação de uma situação de ameaça ou lesão a direito.
- (B) Juiz natural – ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente.
- (C) Devido processo legal – a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.
- (D) Duplo grau de jurisdição – necessidade de toda e qualquer decisão judicial ser explicada, fundamentada e justificada pelo magistrado que a proferiu, levando em conta o direito aplicável e as vicissitudes do caso concreto.
- (E) Assistência jurídica integral e gratuita – embora não previsto expressamente na Constituição Federal, corresponde ao dever de promover a igualdade de condições de manifestação ao longo do processo, criando condições para que essa igualdade seja efetivamente exercitada.

2. (VUNESP - 2022)

Na relação jurídica, são pressupostos processuais

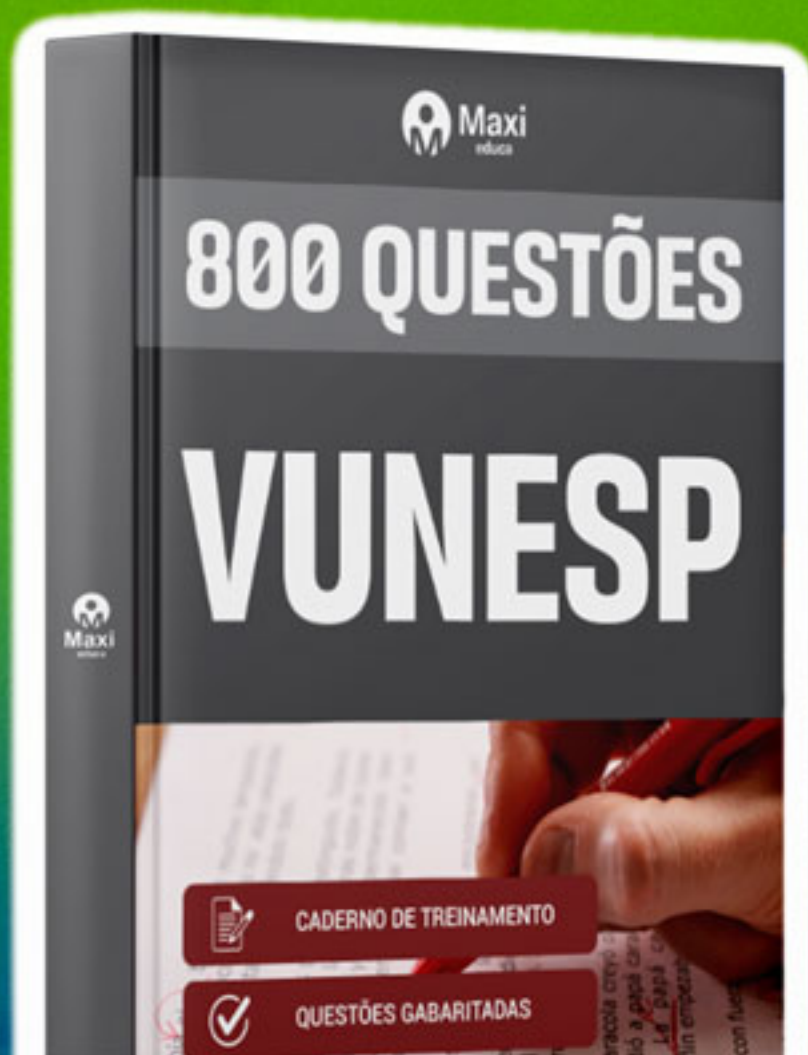
- (A) de existência, a petição inicial apta, a imparcialidade do juiz, a capacidade postulatória e a legitimação para o processo.
- (B) de validade do processo, a demanda, jurisdição e citação.
- (C) negativos, tais como a perempção, a litispendência, a coisa julgada e a convenção de arbitragem.
- (D) a possibilidade jurídica do pedido, a legitimidade e o interesse de agir.
- (E) a legitimidade e o interesse de agir, apenas.

3. (VUNESP - 2025)

Luana, residente em Campinas, celebrou um contrato de compra e venda, sem cláusula de eleição de foro, para comprar uma motocicleta de Henrique, residente em Jundiaí. Uma semana após a entrega do veículo, Luana descobre um vício que impede o correto funcionamento da moto. Diante da impossibilidade de solução amigável, Luana ingressa com ação de resolução contratual em Itatiba, cidade com a qual nenhuma das partes tem qualquer vínculo pessoal, comercial ou contratual.

Diante da situação hipotética, assinale a alternativa **correta**.

- (A) Trata-se de situação chamada de juízo aleatório, na qual é violado o princípio do juiz natural e, portanto, a ação deve ser extinta, sem resolução do mérito.
- (B) Trata-se de situação de prática abusiva que justifica a declinação de competência de ofício.
- (C) Por se tratar de competência relativa, em razão do território, Luana pode propor a ação em qualquer foro de sua escolha.
- (D) Por se tratar de competência relativa, Henrique deverá suscitar a incompetência do juízo na primeira oportunidade em que lhe couber falar nos autos, por meio de petição autônoma.
- (E) A incompetência pode ser alegada a qualquer momento, mas não pode ser declarada de ofício, uma vez que é relativa.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!